

Região Autónoma dos Açores

Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial

ORÇAMENTO da Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA 2015



DROT – Direcção Regional do Orçamento e Tesouro



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2015

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	9
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Administração Regional	18
B) Administração Local	26
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	37
B) Orçamento da Despesa	42
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	51
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	57
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	59
B) Avaes	61
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	63



I – INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º 79/98 de 24 de novembro, na redação conferida pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro, e demais legislação, o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2015.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015, foi preparado, com alusão à Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas e a Proposta de Lei 254/XII que contempla o Orçamento de Estado para 2015, nos quais estão definidos um conjunto de meios financeiros de que a Região irá dispor para o próximo ano.

Num período em que a incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada, o Governo Regional com a atual proposta de Orçamento, pretende dar seguimento à solidez das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas como tem sido apanágio da sua política económica e financeira seguida à vários anos.



Concomitantemente, a proposta de ORAA apresenta um montante de investimento público direto de grande relevância, 489,5 milhões de euros, para as empresas regionais e respetiva economia. Relativamente ao valor previsto para 2014 há um crescimento do Plano de Investimentos na ordem dos 13,0%, valor este demonstrativo do esforço que o Governo Regional está a efetuar para dinamizar todo o cenário macroeconómico associado à economia açoriana.

Não obstante o forte incremento que a presente proposta de Orçamento apresenta a nível de investimento o Governo Regional não descorou o apoio aos mais vulneráveis, aumentando o complemento regional de pensão em mais 2,0% e reforçando o montante a transferir para o Serviço Regional de Saúde, em mais 15 milhões de euros.

A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.386,7 milhões de euros, dos quais 198,9 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

O Orçamento para 2015 é, no entender do Governo dos Açores, um instrumento macroeconómico importante para a sustentabilidade da Região, na atual conjuntura que apresenta ainda, como já foi referido, muitas incertezas.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

As atividades de produção de bens e serviços, no âmbito das economias dos diversos países e respetivas zonas monetárias, vêm revelando crescimentos marcados por certa moderação, ao mesmo tempo que têm refletido e incorporado mudanças nos seus processos e dinâmicas.

Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014 (p)
PIB					
Economia mundial	5,2	3,9	3,5	3,2	3,4
Economias avançadas	3,2	1,7	1,4	1,3	1,8
EUA	3,0	1,8	2,8	1,9	1,7
Japão	4,4	-0,6	1,4	1,5	1,6
Área do euro	1,9	1,5	-0,7	-0,5	1,1
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,3	6,2	5,1	4,7	4,6
Rússia	4,0	4,3	3,4	1,3	0,2
China	10,4	9,3	7,7	7,7	7,4
Índia	9,9	6,3	4,7	5,0	5,4
Comércio mundial de bens e serviços	12,7	6,1	2,8	3,1	4,0
Preços no consumidor					
Economias avançadas	1,6	2,7	2,0	1,4	1,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,1	7,1	6,1	5,9	5,4
Preços de matérias-primas					
Petróleo (brent) em USD	27,9	31,6	1,0	0,9	0,1
Matérias-primas não energéticas em USD	26,3	17,9	-10,0	-1,2	-1,7
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)					
Depósitos em dólares USD	0,5	0,5	0,7	0,4	0,3
Depósitos em euros	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2
Depósitos em ienes japoneses	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2

B) Nota: (p) = projeção.

C) Fontes: IMF. World Economic Outlook julho 2014 e

D) BCE, Boletim Mensal, setembro 2014.



As economias emergentes vêm registando crescimentos a níveis inferiores aos do período anterior à eclosão da crise financeira e económica internacional em 2008. O crescimento vem desacelerando nos anos mais recentes, tendo-se registado uma taxa média de 4,7% em 2013 e projetando-se outra de 4,6% para o corrente ano de 2014.

As economias avançadas continuam a registar padrões de evolução moderada, ao mesmo tempo que parecem revelar alguns indícios de reanimação, projetando-se para 2014 taxas médias anuais superiores às do ano anterior, na generalidade dos países.

Nos Estados Unidos está decorrendo uma retoma de crescimento, mas sem compensar em termos de média anual os fracos resultados do primeiro trimestre, observando-se uma recuperação de investimento tímida.

O Japão registou uma atividade económica mais forte que o previsto mas, à medida que forem sendo retirados estímulos económicos, poderão evidenciar-se efeitos de desaceleração.

Na área do euro, depois da contração económica nos últimos dois anos, espera-se uma retoma de crescimento, traduzível numa taxa média anual de cerca de 1% em 2014. Contudo, a evolução económica permanecerá desigual entre os países da zona monetária, refletindo a fragmentação financeira, a fragilidade em balanços de setores públicos e privados e, ainda, os elevados níveis de desemprego em certos países.



Os preços têm revelado um abrandamento global desde o ano de 2011. Fatores no âmbito do desempenho cíclico das economias e de um mercado petrolífero relativamente bem abastecido, incluindo-se oferta significativa por parte de países não pertencentes à OPEP, favoreceram que as pressões inflacionistas permanecessem contidas em termos globais. Assim, e considerando também a moderação no crescimento económico global, com desemprego significativo em determinadas economias, compreendem-se quedas de preços nos produtos energéticos e nos produtos alimentares. Entretanto, e mais recentemente, fenómenos de instabilidade política e geoestratégica têm levantado riscos de uma escalada nos preços do petróleo.

Atendendo às condições da economia mundial as autoridades monetárias nas principais economias desenvolvidas têm seguido orientações acomodatócias, mantendo taxas de referência em valores próximos de zero, e tomado medidas de políticas não convencionais. Contudo, as economias dos grandes países avançados correm o risco de estagnação a médio prazo. As taxas de juro podem aumentar novamente, particularmente se as dos Estados Unidos subirem de forma mais drástica e rápida do que o previsto à medida que avança o processo de normalização da política monetária. A zona euro poderá ser atingida por inflação duravelmente fraca ou por uma baixa de preços, particularmente se for atingida por choques desfavoráveis.

Face a debilidades do crescimento mundial, torna-se necessário estimular o crescimento efetivo e potencial na maior parte dos países. As políticas monetárias devem continuar acomodatócias nos grandes países



avançados e os ajustamentos nas políticas orçamentais devem ser estruturados de forma a promover tanto a retoma como o crescimento a longo prazo. A fim de limitar os riscos para a instabilidade financeira, importa encontrar reformas na regulação, desenvolvendo e utilizando ferramentas macroprudenciais.

C) ECONOMIA PORTUGUESA

Após a queda acentuada da atividade económica em Portugal desde 2010, vem-se observando mais recentemente uma inversão de tendência, através da recuperação da procura interna que se juntou ao crescimento das exportações líquidas de importações. Consequentemente, projeta-se um crescimento para 2014, que se traduzirá numa taxa média anual de cerca de 1%.



Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014 (p)
PIB	1,9	-1,6	-3,2	-1,4	1,1
Procura interna total	1,8	-5,8	-6,8	-2,6	1,4
Consumo privado	2,5	-3,8	-5,6	-1,7	1,4
Consumo público	0,1	-4,3	-4,4	-1,8	-0,2
Formação Bruta de Capital Fixo	-3,1	-10,7	-14,5	-6,6	0,8
Importações	8,0	-5,9	-6,9	2,8	4,6
Exportações	10,2	7,2	3,3	6,1	3,8
Emprego e desemprego					
Emprego	-1,7	-1,5	-4,2	-2,6	0,7
Taxa de desemprego (% da população ativa*)	10,8	12,7	15,7	16,3	14,2
Finanças públicas (% do PIB)					
Saldo global das administrações públicas	-9,8	-4,4	-6,4	-4,9	-4,0
Dívida pública consolidada	94,0	108,2	124,1	128,9	130,9
IHPC	1,4	3,6	2,8	0,4	0,2

(p) = projeção.

*Em 2011 a série da taxa de desemprego foi afetada pela quebra da série do Inquérito ao Emprego.

Fontes: BdP, Boletim Económico, junho 2014;

MF, Segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2014, agosto 2014 e

UTAO, Análise da 2ª alteração ao Orçamento do Estado para 2014, setembro 2014.

Recentemente, as importações tem registado um certo crescimento mais acelerado, na sequência da recuperação gradual da procura materializável através de formas de consumo direto pelas famílias ou, também, de incorporação nos próprios processos produtivos, abrangendo os que incluem reexportação.

Os últimos dados sobre exportações apontam no sentido de algum abrandamento para 2014, implicando redução na balança corrente.



O crescimento do consumo privado ocorre num contexto de aumento continuado da confiança dos consumidores, registando-se uma aceleração na compra de diversos tipos de bens e serviços, como o de veículos ligeiros de passageiros.

A evolução do investimento está associada à sua componente empresarial, refletindo perspectivas mais favoráveis da procura, bem como a necessidade por parte das empresas de renovarem o seu stock de capital. Estas perspectivas refletirão dinâmicas de “procura” conjugada com procuras externas de mercadorias e serviços. Já empresas do setor de construção encontram-se mais condicionadas por desequilíbrios, como o da dimensão da oferta do parque habitacional resultante de elevados investimentos na década de noventa, face à contenção da procura residencial nos últimos anos.

O mercado de trabalho tem sido condicionado pelas diversas dinâmicas setoriais, continuando a verificar-se uma diminuição no setor da construção, ao mesmo tempo que se registam aumentos nos setores secundário e de serviços. Deste processo espera-se até ao fim de 2014 uma criação líquida do número de postos de trabalho, que se poderá traduzir num crescimento do volume total de emprego à taxa média anual de 0,7%.

Depois de efeitos iniciais de agravamento de preços no consumidor, como as de reavaliação de preços sujeitos a regulação (tarifas de transportes, taxas moderadoras, ...) e de impostos sobre os consumos,



espera-se a continuação de uma evolução de preços moderada, em função dos contextos de prosseguimento de ajustamentos na economia portuguesa e de moderação da economia mundial.

Por outro lado, a dívida pública consolidada registou uma revisão em alta para 2014, decorrendo essencialmente de operações de financiamento no âmbito de reestruturação de empresas de transporte e de entidades do sistema bancário.

C) ECONOMIA REGIONAL

Aspetos demográficos

De acordo com os últimos dados disponíveis do INE, reportados a 2013, nos Açores residem 247 440 pessoas sendo a única região portuguesa onde o número de habitantes se mantém estável. Registou-se diminuição de 109 residentes em 2013 face ao ano anterior, mas em 2012 tinha aumentado 355 em relação a 2011, caso singular a nível nacional.

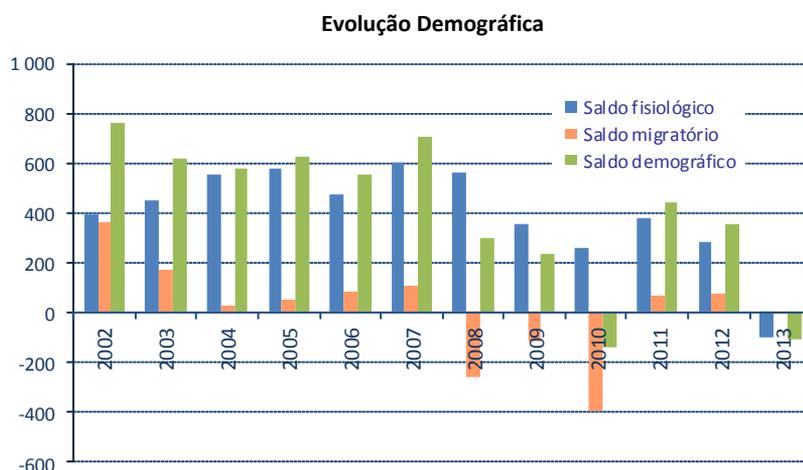
Evolução das Componentes do Saldo Natural

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos	2 836	2 786	2 719	2 748	2 488	2 341
Óbitos	2 274	2 433	2 466	2 375	2 204	2 443

Fonte: INE, SREA.



A variação da população estimada decorre basicamente do saldo natural que, por sua vez, resulta da diferença entre o número de nados-vivos dentro da sua tendência de redução e o número de óbitos significativamente mais acentuado que o do ano anterior.



A população entre os 15 e os 64 anos atingiu 69,8% do total em 2013, correspondendo ao valor máximo de uma progressão observada regularmente nos últimos anos.

Estrutura Etária da População

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População com menos 15 anos	19,4	19,1	18,8	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2
População dos 15-64 anos	68,2	68,5	68,8	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8
População com mais de 64 anos	12,4	12,4	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0

Fonte: - INE.



Aspetos macroeconómicos

A variação da produção tem-se repercutido no nível de riqueza média, seguindo uma trajetória comparável à observada no contexto da economia portuguesa.

Evolução do Produto Interno Bruto

Efetivamente, os dados mostram variações nos Açores, mas mantendo uma proporção constante no âmbito do país no seu conjunto, conforme é revelado pelo índice de 94 numa base de 100 para o nível médio de PIB per capita.

Produto Interno Bruto a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)
2009	3 650	14,9	94
2010	3 743	15,3	94
2011 Po	3 714	15,2	94
2012 Pe	3 569	14,6	94

Po = Resultados Provisórios
Pe = Resultados Preliminares



VAB por Ramos de Atividades Económicas

Unid.: milhões de Euros

	Total	Primário	Industrial e Energia	Construção	Comercial Transportes e Turismo	Financeiro, Imobiliário e Técnico	Públicos e Outros serviços
2009	3 221,5	273,2	299,8	226,3	875,5	472,6	1 074,1
2010	3 279,4	285,1	327,4	206,7	890,7	483,7	1 085,9
2011Po	3 241,9	293,1	324,2	191,8	880,5	486,2	1 066,2
2012Pe	3 122,4	299,0	328,7	159,0	877,0	487,4	971,3

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Mercado de Trabalho

Ao contrário da situação que se verifica a nível nacional, onde se verifica uma diminuição da população ativa, no mercado de trabalho dos Açores regista-se um aumento contínuo da população ativa, traduzindo-se no aumento da população ativa. Esta situação confere maior capacidade à capacidade de gerar emprego na economia regional.

Os dados mais recentes sobre o mercado regional de emprego evidenciam uma progressiva capacidade de gerar empregos, inclusive, a um ritmo superior no período temporal mais recente.

Com efeito, a partir da informação disponível mais recente, no 2º trimestre de 2014 o volume de população empregada na Região cresceu perto de 3%, em relação a período homólogo do ano precedente. Em termos de análise em cadeia, observa-se que o ritmo de crescimento de criação de postos de trabalho suplantou o aumento da oferta de trabalho,



proporcionando igualmente uma descida significativa da taxa de desemprego.

Emprego

	2º trim 2013	3º trim 2013	3º trim 2014	1º trim 2014	2º trim 2014
População Ativa (milhares)	118,2	121,8	120,7	120,7	121,6
População Empregada (milhares)	99,2	100,3	99,8	99,0	102,2
Taxa de Atividade (%)	47,4	49,2	48,7	48,8	49,1
Taxa de Desemprego (%)	16,1	17,7	17,3	18,0	16,0

Fonte: SREA.

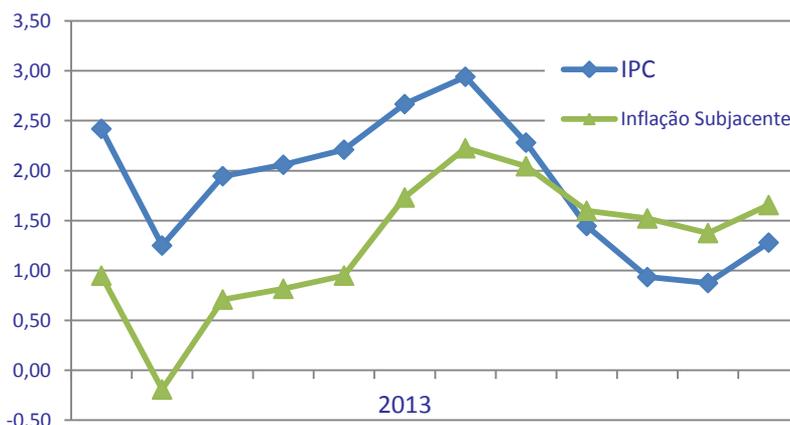
Preços no Consumo

A evolução dos preços vem desacelerando e acompanhando o sentido do observado a nível do conjunto do país.

Os dados intra-anuais da nova série do IPC mostram maior evidência em meses do segundo semestre, com taxas homólogas a reduzirem-se na sequência da dissipação de medidas de consolidação orçamental com efeitos sobre preços e a situarem-se a níveis inferiores aos da própria inflação subjacente, que tem vindo a contribuir para a moderação de preços por via da importação de produtos energéticos e alimentares não-transformados mais baratos.



Evolução intra-anual de Preços no Consumidor (taxas de variação homólogas)



Evolução recente da conjuntura

Tomando a informação fornecida por alguns indicadores trimestrais simples, comparando os respetivos dados entre o primeiro e o segundo trimestre do corrente ano com períodos homólogos do ano precedente, ou, complementarmente, seguindo a evolução em cadeia, trimestre a trimestre, de cada indicador, recorrendo em alguns casos a uma correção da sazonalidade, para melhor visualização e perceção das tendências de curto prazo, poder-se-á considerar, com alguma segurança, que se registaram traços de recuperação da economia regional.

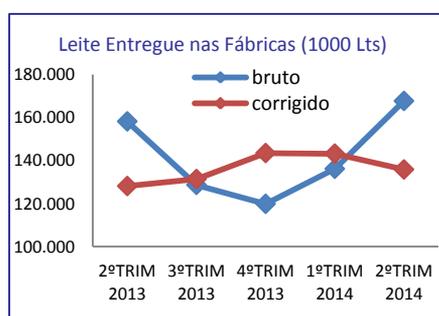
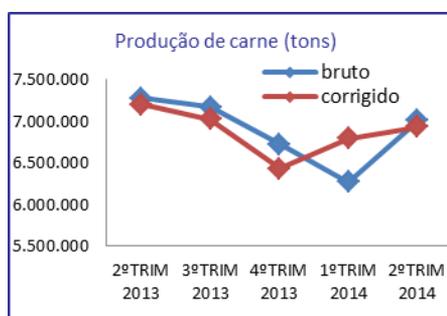
De facto, em termos mais concretos, poder-se-á inferir que entre o 2º trimestre do corrente ano e o homólogo de 2013 registam-se crescimentos positivos na generalidade dos indicadores, como sejam os casos dos ligados à produção/venda de serviços, o consumo de bens duradouros e o setor dos lacticínios, para além da diminuição do nível de desemprego

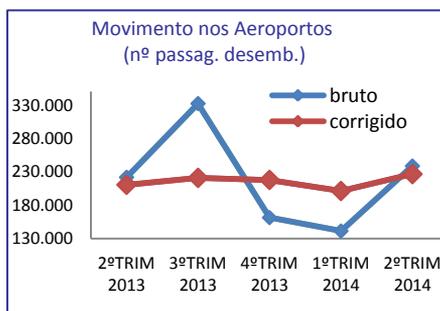
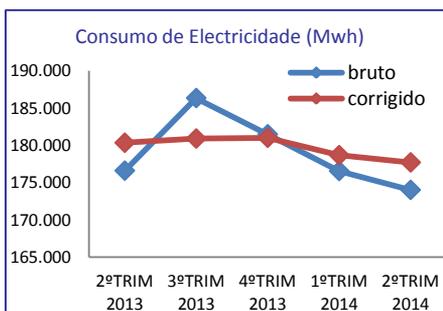
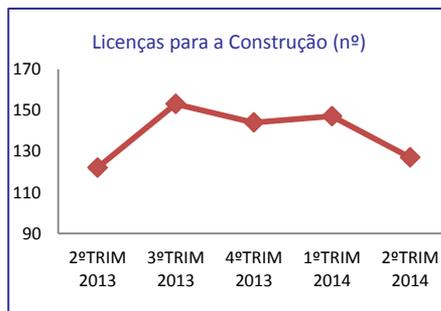
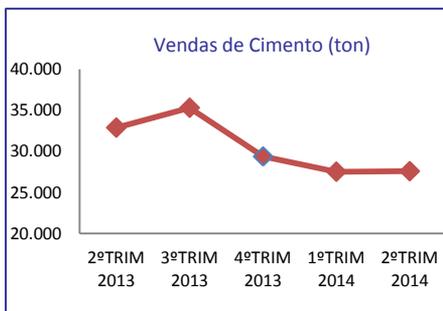
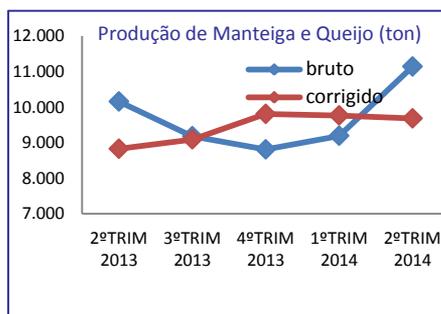
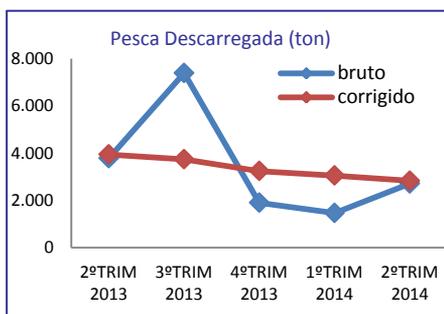


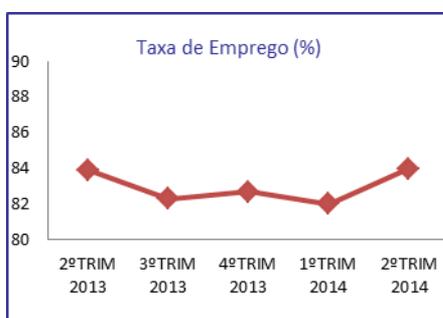
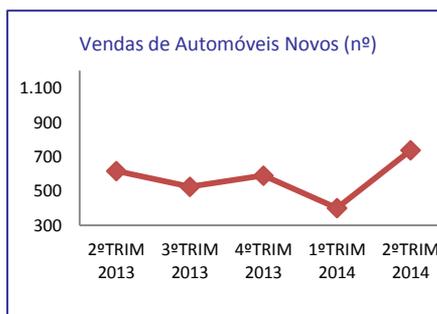
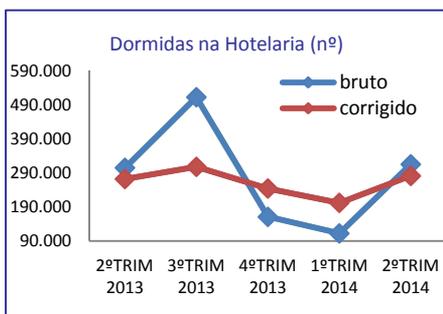
(aumento da taxa de emprego). Mantém-se, porém com menor expressão, uma certa quebra nas vendas de cimento e do consumo de eletricidade. No caso das pescas há outras condicionantes que envolvem a evolução do volume de pesca descarregado.

Em termos de tendência de curto prazo as dinâmicas de recuperação não são obviamente iguais. Porém, é de assinalar, de forma clara, que nos indicadores onde se registaram as referidas quebras entre os dois períodos anuais de observação, a evolução ao longo do ano é de diminuição do abrandamento das respetivas produções ou mesmo de recuperação nos meses mais recentes.

A envolvente externa não tem permitido uma afirmação muito clara das famílias e das empresas no crescimento do consumo, na produção económica e no investimento. Porém, os sinais que se retiram de um conjunto de 11 indicadores simples de natureza marcadamente económica, não deixam de ser positivos e indiciadores de saída progressiva de um ambiente de alguma redução que envolveu a situação socioeconómica regional.









III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Administração Regional

Receita

A 30 de setembro de 2014, os organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiram uma receita efetiva de 752,2 milhões de euros, da qual, 637,0 milhões de euros de receita corrente e 115,1 milhões de euros de receita de capital.

30/09/2014

Euros

	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
RECEITA CORRENTE	596.288.915,18	95.827.689,05	42.041.271,55	637.029.172,24
Impostos diretos	162.780.640,10	0,00	0,00	162.780.640,10
Dos quais:				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)	135.593.826,79	0,00	0,00	135.593.826,79
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRC)	27.181.326,13	0,00	0,00	27.181.326,13
Impostos indiretos	282.165.370,21	0,00	0,00	282.165.370,21
Dos quais:				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	204.084.892,63	0,00	0,00	204.084.892,63
Contribuições para a segurança Social	6.785.812,54	0,00	0,00	6.785.812,54
Taxas Multas e Outras Penalidades	4.657.249,70	8.216.993,10	0,00	12.874.242,80
Rendimentos de Propriedade	3.373.790,29	1.826,96	433,33	3.376.050,58
Transferências Correntes	134.699.570,28	80.411.577,87	36.438.143,98	154.420.588,59
Administração Central - Estado	134.699.570,28	250,00	0,00	134.699.570,28
Outros setores das AP	0,00	66.513.338,54	36.438.143,98	5.823.028,98
Resto do Mundo	0,00	13.126.384,02	0,00	13.126.384,02
Outras Transferências	0,00	771.605,31	0,00	771.605,31
Venda de Bens e Serviços Correntes	375.900,78	7.019.546,36	3.602.694,24	10.998.141,38
Reposições não abatidas nos pagamentos	944.583,94	55.399,08		999.983,02
Outras receitas correntes	505.997,34	122.345,68	2.000.000,00	2.628.343,02
RECEITA DE CAPITAL	103.973.429,81	28.026.336,86	26.310.802,70	115.145.432,55
Venda de bens de investimento	88.177,82	0,00	38.000,00	126.177,82
Transferências de Capital	103.880.464,87	28.024.637,56	25.958.319,03	114.698.284,64
Administração Central - Estado	54.750.903,18	184.622,93	0,00	54.935.526,11
Outros setores das AP	0,00	27.840.014,63	16.424.173,88	1.099.051,69
Resto do Mundo	49.129.561,69	0,00	1.639.617,61	50.769.179,30
Outras Transferências	0,00	0,00	7.894.527,54	7.894.527,54
Outras Receitas de Capital	4.787,12	1.699,30	314.483,67	320.970,09
RECEITA EFETIVA	700.262.344,99	123.854.025,91	68.352.074,25	752.174.604,79



A desagregação da receita do setor público administrativo, por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.

30/09/2014	Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	797.037.427,00	596.288.915,18	74,8%
Impostos e Contribuições para a S.S.	601.650.000,00	451.731.822,85	75,1%
Taxas, multas e outras penalidades	7.308.000,00	4.657.249,70	63,7%
Rendimentos de propriedade	3.560.000,00	3.373.790,29	94,8%
Transferências Correntes	179.599.427,00	134.699.570,28	75,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	605.000,00	375.900,78	62,1%
Reposições	2.815.000,00	944.583,94	33,6%
Outras Receitas Correntes	1.500.000,00	505.997,34	33,7%
2. Receitas de Capital	274.539.085,00	103.973.429,81	37,9%
Venda de Bens de Investimento	10.080.000,00	88.177,82	0,9%
Transferências de Capital	264.119.085,00	103.880.464,87	39,3%
Outras Receitas de Capital	340.000,00	4.787,12	1,4%
3. Operações Extra-Orçamentais	182.236.572,00	144.718.720,18	79,4%
4. Total (1+2+3)	1.253.813.084,00	844.981.065,17	67,4%

As receitas correntes atingiram os 596,3 milhões de euros, 74,8% do valor orçamentado, distinguindo-se, os impostos diretos, indiretos e contribuições para a Segurança Social com 451,7 milhões de euros e as transferências, com 134,7 milhões de euros. Estes agregados representaram, no seu conjunto, 98,4% da receita corrente e 69,4% do total das receitas contabilizadas.

As receitas de capital, registaram uma execução de 103,9 milhões de euros, ou seja, 37,9% do orçamentado. Sobressaem, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 103,9 milhões de



euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (99,9%) e 12,3% do total da receita.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais, é apresentada no quadro seguinte.

	30/09/2014		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	Euros %
Receitas Totais	1.071.576.512,00	700.262.344,99	65,35%
Receitas Fiscais	597.050.000,00	444.946.010,31	74,52%
IRS	181.685.000,00	135.593.826,79	74,63%
IRC	50.750.000,00	27.181.326,13	53,56%
IVA	256.000.000,00	204.084.892,63	79,72%
Outras Receitas Fiscais	108.615.000,00	78.085.964,76	71,89%
Transferências do O.E.	251.439.198,00	189.450.473,46	75,35%
Transferências do U.E.	192.279.314,00	49.129.561,69	25,55%
Outras Receitas	30.808.000,00	16.736.299,53	54,32%

As receitas fiscais situaram-se, no final do 3.º trimestre, nos 444,9 milhões de euros, o correspondente a uma execução de 74,5%, representando 63,5% do total da receita.

A receita fiscal desagregada, é explicitada de seguida.



30/09/2014	Euros		
	Dotação	Execução	%
Impostos Diretos	232.445.000,00	162.780.640,10	70,03%
IRS	181.685.000,00	135.593.826,79	74,63%
IRC	50.750.000,00	27.181.326,13	53,56%
Diversos	10.000,00	5.487,18	54,87%
Impostos Indiretos	364.605.000,00	282.165.370,21	77,39%
ISP	46.690.000,00	33.481.575,76	71,71%
IVA	256.000.000,00	204.084.892,63	79,72%
ISV	3.857.000,00	3.220.634,53	83,50%
Imposto sobre o consumo de tabaco	31.465.000,00	22.801.614,29	72,47%
IABA	5.278.000,00	3.719.338,02	70,47%
Imposto de selo	17.255.000,00	11.978.592,57	69,42%
Diversos	4.060.000,00	2.878.722,41	70,90%
RECEITA FISCAL	597.050.000,00	444.946.010,31	74,52%

Os Impostos Diretos, originaram uma receita de 162,8 milhões de euros, representando 36,6% do total da receita fiscal, distinguindo-se neste agregado o IRS que, com uma execução de 135,6 milhões de euros, correspondeu a 83,3% destes Impostos.

Os Impostos Indiretos foram o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, tendo atingido os 282,2 milhões de euros, 77,4% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA, ISP – Imposto sobre produtos petrolíferos, Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo, com 204,1 milhões de euros, 33,5 milhões de euros, 22,8 milhões de euros e 12,0 milhões de euros, respetivamente, que, no seu conjunto, contribuíram com 272,3 milhões de euros (96,5% dos impostos indiretos).

Face às execuções verificadas até ao final do terceiro trimestre do corrente ano, verifica-se que, de uma forma geral, as receitas fiscais estão



com boa performance, estimando-se que possam no final do exercício atingir uma taxa de execução superior a 100%.

Despesa

A despesa dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiram, a 30 de setembro de 2014, uma despesa efetiva de 751,1 milhões de euros, da qual, 622,6 milhões de euros de despesa corrente e 128,5 milhões de euros de despesa de capital.

30/09/2014	Euros			
	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
DESPESA CORRENTE	547.380.857,71	120.928.461,71	51.422.713,62	622.603.579,54
Despesas com Pessoal	235.302.415,60	47.865.723,95	4.271.240,26	287.439.379,81
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	26.494.669,60	35.923.881,52	10.899.027,77	73.317.578,89
Juros e Outros Encargos	9.411.422,29	550.942,92	35.124.619,89	45.086.985,10
Transferências Correntes	265.864.804,06	26.848.634,66	0,00	195.584.985,22
Subsetores das AP	97.572.659,63	53.734,07	0,00	497.940,20
Outras transferências	168.292.144,43	26.794.900,59	0,00	195.087.045,02
Subsídios	2.355.258,82	9.601.598,81	3.750,00	11.960.607,63
Outras Despesas Correntes	7.952.287,34	137.679,85	1.124.075,70	9.214.042,89
DESPESA DE CAPITAL	158.814.220,75	1.267.799,40	11.568.909,96	128.485.793,31
Aquisição de Bens de Capital	34.816.620,32	681.758,35	5.182.416,52	40.680.795,19
Transferências de Capital	123.743.072,43	586.041,05	531.402,27	81.695.378,95
Subsetores das AP	45.467.295,80	443.566,00	370.849,33	3.116.574,33
Outras transferências	78.275.776,63	142.475,05	160.552,94	78.578.804,62
Outras Despesas de Capital	254.528,00	0,00	5.855.091,17	6.109.619,17
DESPESA EFETIVA	706.195.078,46	122.196.261,11	62.991.623,58	751.089.372,85

A desagregação da despesa de funcionamento, do setor público administrativo, por grandes agregados, excluindo os ativos financeiros e os passivos financeiros, foi a que abaixo se evidencia.



30/09/2014	Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	667.580.972,00	498.302.102,84	74,6%
Despesas com Pessoal	305.864.562,00	233.705.129,42	76,4%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	15.666.694,00	8.910.129,74	56,9%
Juros e Outros Encargos	16.000.000,00	9.411.422,29	58,8%
Transferências Correntes	309.454.800,00	238.327.937,86	77,0%
Subsídios	0,00	0,00	0,0%
Outras despesas Correntes	20.594.916,00	7.947.483,53	38,6%
2. Despesas de Capital	1.040.070,00	395.406,83	38,0%
Aquisição de Bens de Capital	658.270,00	140.878,83	21,4%
Transferências Capital	0,00	0,00	0,0%
Outras despesas de Capital	381.800,00	254.528,00	66,7%
3. Operações Extra-Orçamentais	182.236.572,00	121.393.699,07	66,6%
5. Total (1+2+3)	850.857.614,00	620.091.208,74	72,9%

As despesas correntes apresentaram uma execução de 498,3 milhões de euros, sobressaindo as Despesas com Pessoal e as Transferências Correntes que, com uma execução de 233,7 milhões de euros e 238,3 milhões de euros, respetivamente, representaram, no seu conjunto, 94,7% do total destas.

As despesas de capital, contabilizaram uma execução de 395,4 milhares de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 38,0%.

A desagregação da despesa, nas suas componentes de funcionamento e de investimento, sem os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais é a que de seguida se evidencia.



30/09/2014	Euros		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Despesas Totais	1.102.076.512,00	706.195.078,46	64,08%
Funcionamento	668.621.042,00	498.697.509,67	74,59%
Despesas com Pessoal	305.864.562,00	233.705.129,42	76,41%
Remunerações certas	228.747.253,00	178.217.062,53	77,91%
Abonos variáveis	12.842.649,00	9.850.758,61	76,70%
Segurança Social	64.274.660,00	45.637.308,28	71,00%
Transferências	309.454.800,00	238.327.937,86	77,02%
Juros e outros encargos	16.000.000,00	9.411.422,29	58,82%
Outras	37.301.680,00	17.253.020,10	46,25%
Investimento	433.455.470,00	207.497.568,79	47,87%

Nas despesas de funcionamento, são os encargos com pessoal e as transferências, as rubricas que assumem maior peso, tendo contabilizado no seu conjunto 472,0 milhões de euros, 94,7% do total destas despesas.

As despesas com pessoal situaram-se nos 233,7 milhões de euros, correspondendo a 76,4% do valor orçamentado.

As transferências registaram uma execução de 238,3 milhões de euros (77,0%), das quais, 218,8 milhões de euros, foram transferidos para o Serviço Regional de Saúde.

As despesas de funcionamento no final do terceiro trimestre estão dentro dos parâmetros previstos, devidamente controladas, confirmando assim o rigor que o Governo Regional tem incutido na sua política económica e financeira e no cumprimento dos compromissos assumidos publicamente no controlo das despesas correntes.



Estima-se, pois, que estas despesas estejam, no final deste ano, dentro dos objetivos pré-definidos pelo Governo, ou seja, um crescimento muito reduzido relativamente a 2013, podendo verificar-se mesmo uma redução em algumas rubricas.

As despesas de investimento atingiram os 207,5 milhões de euros, valor que correspondeu a uma de execução de 47,9% e que representa 29,4% do total da despesa executada.



B) Administração Local

Receitas

As receitas dos municípios dos Açores totalizaram cerca de 181 M€ (milhões de euros) em 2013, aumentando apenas 0,8 %, relativamente a 2012, ano em que as receitas diminuíram 7,7%. Se observarmos o quadro resumo da evolução das receitas, verificamos que, em 2013, apenas as receitas próprias (impostos, taxas, venda de bens e serviços) aumentaram de forma significativa, (13,7%). O valor global das receitas situa-se ao nível de 2012, mas claramente inferior à média de 205 M€ verificada nos anos 2007-2011.

O crescimento das receitas próprias é conseguido sobretudo graças aos impostos IMI e IUC e à venda de bens de investimento, que no entanto, com os seus 2 M€ fica bastante aquém da média de 5 M€ observada no período 2007-2011.

Receitas	2011		2012		2013		2012/13
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Receitas Próprias	49.092.088	25,2	45.010.182	25,1	51.167.532	28,3	13,7
Fundos Orçamento do Estado	95.777.056	49,2	92.200.732	51,4	92.105.631	50,9	-0,1
Fundos Comunitários	18.097.459	9,3	18.494.017	10,3	19.510.376	10,8	5,5
Transferências - Governo Regional	7.737.930	4,0	5.938.839	3,3	4.329.066	2,4	-27,1
Outras Transferências	2.383.019	1,2	1.012.261	0,6	689.128	0,4	-31,9
Empréstimos	21.490.882	11,0	16.734.461	9,3	13.103.508	7,2	-21,7
Totais	194.578.435	100	179.390.492	100	180.905.242	100	0,8



Por outro lado, as transferências dos fundos comunitários cresceram 5,5%, compensando de algum modo a descida nas outras transferências e no volume de empréstimos contraídos.

Quanto aos Fundos do Orçamento do Estado, ao abrigo da lei das finanças locais, verificou-se um valor muito semelhante ao do ano anterior. As receitas próprias e os Fundos do OE representam em conjunto cerca de 79% das receitas totais e constituem as receitas certas ou regulares, ao contrário das outras transferências e dos empréstimos que sofrem mais variações de ano para ano. Os 143 M€ de receitas certas ultrapassaram os 137 M€ de 2012, mas foram inferiores aos 148 M€ de média verificada no período 2007-2011. No entanto, a parcela destas receitas destinada às despesas de caráter regular (Pessoal, bens e serviços e serviço da dívida) foi de 71% em 2013, quando em 2011 e 2012 era de 73%.

Os empréstimos contraídos em 2013 atingiram um valor global de 13,1 M€. Por outro lado, é de salientar que uma parte dos empréstimos contraídos em 2013 (7,3 M€) refere-se ao PAEL (Programa de apoio à economia local – Lei 43/2012, de 28-08), destinado ao pagamento de dívidas não bancárias.

Despesas

No que respeita à despesa, a mesma atingiu um valor global de 177,4 M€, menos 3,5 M€ do que as receitas arrecadadas, provocando por isso um aumento no saldo final da gerência, que passou de 6,3 M€ em 2012 para 9,8 M€ em 2013.



O quadro resumo das despesas mostra que a despesa total diminuiu 2,6%, apesar do aumento significativo (12%) verificado em despesas estruturalmente importantes, como pessoal e aquisição de serviços.

Despesas	2011		2012		2013		2012/13
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Pessoal	49.610.267	25,5	44.843.585	24,6	50.211.231	28,3	12,0
Aquisição de Bens	7.702.835	4,0	7.184.292	3,9	7.272.076	4,1	1,2
Aquisição de Serviços	19.653.923	10,1	19.218.935	10,6	21.504.446	12,1	11,9
Juros	4.054.515	2,1	4.849.029	2,7	4.352.838	2,5	-10,2
Amortizações de empréstimos	24.830.226	12,8	24.264.697	13,3	18.590.198	10,5	-23,4
Investimento direto	47.170.817	24,2	46.651.980	25,6	46.982.780	26,5	0,7
Investimento delegado (adm local e empresas)	17.208.999	8,8	13.657.703	7,5	7.648.444	4,3	-44,0
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	8.639.150	4,4	7.156.833	3,9	9.016.558	5,1	26,0
Transf corr e subsíd p/setor empresarial local	9.044.314	4,6	8.984.994	4,9	5.070.419	2,9	-43,6
Outras Transferências (JF, famílias, etc.)	2.013.148	1,0	2.160.675	1,2	3.568.817	2,0	65,2
Outras Despesas	4.619.990	2,4	3.123.238	1,7	3.165.116	1,8	1,3
Totais	194.548.184	100	182.095.962	100	177.382.924	100	-2,6

No caso das despesas de pessoal, verificou-se um aumento de 12%, mas se compararmos com 2011, o crescimento foi apenas de 1,2%. O encerramento de algumas empresas municipais, com a consequente integração do respetivo pessoal nos municípios donos dessas empresas, bem como a restituição do subsídio de férias de 2012, por decisão do tribunal constitucional (a rubrica de subsídios de férias e de Natal passou de 2 para 5 M€) estarão na base do aumento verificado em 2013.

Por outro lado, as aquisições de bens e de serviços tiveram um comportamento bastante diferente entre si – os bens aumentaram apenas 1,2%, mas os serviços adquiridos cresceram 11,9%. Além disso, verificam-se grandes diferenças de comportamento entre os municípios, quer na compra de bens, quer na aquisição de serviços, com uns a aumentarem e



outros a diminuïrem as respetivas despesas nestas duas componentes da despesa.

Parte destas despesas diz respeito a pagamento de dívidas atrasadas (PAEL) e não a consumos do próprio ano.

Relativamente ao serviço da dívida, tanto os juros como as amortizações de empréstimos diminuïram. Os juros, 10,2% e as amortizações, 23,4%. Por um lado, há menos capital em dívida e por isso, menos juros a pagar. Por outro, no caso das amortizações, nos dois anos anteriores o seu valor foi exceçionalmente elevado, devido à contração de empréstimos de saneamento financeiro (contraídos para pagar outros empréstimos e dívidas não bancárias), aumentando exceçionalmente o total de amortizações nesses anos.

As despesas com investimento direto aumentaram apenas 0,7% e isto em termos globais, já que diminuïram em 11 municípios. Em 5 dos municípios que registaram aumentos destas despesas, o crescimento variou entre 71% e 287%, sendo de concluir que se trata de pagamento de dívidas a fornecedores e não de investimento realizado no ano de 2013.

No caso do investimento delegado nas freguesias, associações de municípios e empresas municipais, houve uma diminuição de 44%. Situação semelhante ocorreu nos subsídios à exploração e transferências correntes, concedidos pelos municípios às empresas do setor local.



Por outro lado, aumentaram as transferências para instituições não lucrativas (26%) e para as famílias (51%). As transferências correntes para as freguesias passaram de 1 para 2 M€, ou seja um aumento de 100%.

Fluxo Orçamental

O quadro seguinte mostra a evolução das receitas e despesas correntes e de capital, bem como os saldos iniciais e finais do triénio 2011-2013.

Fluxo Orçamental	2011 (€)	2012 (€)	2013 (€)
Saldo Inicial - SI	8.986.306	9.016.557	6.311.088
Receitas Correntes - RC	108.209.162	103.729.478	124.245.096
Receitas de Capital - RK	86.179.525	75.595.280	56.602.186
Reposições n/ abatidas nos pagamentos - RNAP	189.747	65.734	57.960
Receita Total (RT) - (RC+RK+RNAP)	194.578.435	179.390.492	180.905.242
Total Disponível (TD) - (SI+RT)	203.564.740	188.407.050	187.216.329
Despesas Correntes - DC	99.186.281	91.953.065	98.462.639
Despesas de Capital - DK	95.361.903	90.142.897	78.920.285
Despesa Total (DT) - (DC+DK)	194.548.184	182.095.962	177.382.924
Saldo Final - (TD-DT)	9.016.556	6.311.088	9.833.405
Saldo orçamental corrente - (RC-DC)	9.022.881	11.776.414	25.782.457

O saldo final da gerência de 2013 situa-se nos 9,8 M€, sendo o maior do triénio. Por outro lado, o saldo orçamental corrente (receitas correntes – despesas correntes) mostra um crescimento assinalável, atingindo os 25,8 M€ em 2013.

Endividamento

A dívida bancária diminuiu 9,5% em 2013 e a dívida a outras entidades (incluindo as dívidas ao Estado no âmbito do PAEL) sofreu uma



redução ainda maior – 26,5%, o que se traduz numa redução de 14% na dívida total.

A dívida total dos municípios desceu pelo 4º ano consecutivo, depois de um máximo de 264 M€ verificado em 2009, o que significa uma descida de 33% entre 2009 e 2013.

Endividamento	2011		2012		2013		2012/13
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Dívida bancária	158.761.511	67,5	151.725.018	74,3	137.312.695	78,1	-9,5
Dívida não bancária	76.519.834	32,5	52.501.405	25,7	38.570.398	21,9	-26,5
Totais	235.281.345	100	204.226.423	100	175.883.094	100	-13,9

Em termos de estrutura, verifica-se um crescimento gradual do peso da dívida bancária no total da dívida, atingindo os 78% em 2013, quando em 2010 se situava nos 65%.

Em 2013, as receitas certas anuais (receitas próprias + fundos OE), apesar de apresentarem o 2º valor mais baixo dos últimos 5 anos, cobriam 84% da dívida total, quando em 2009 esse valor se situava nos 58%.

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida total	253.693.115	248.841.306	235.281.345	204.226.423	175.883.094
Receitas Certas (Receitas Próprias + Fundos OE)	147.317.764	151.965.881	144.598.253	137.302.684	143.273.163
Receitas Certas / Dívida total (%)	58	61	61	67	84

Balanço

No final de 2013, os municípios dos Açores tinham um ativo líquido total de 1.247 milhões de euros, verificando-se um aumento de 1%. A



maior rubrica do Ativo, o imobilizado corpóreo, representando 89%, registou um crescimento semelhante. Com comportamento muito diferente temos o imobilizado financeiro (+ 15%), resultante da participação dos municípios nas empresas do setor local. É também de registar o aumento de 6% nas dívidas de terceiros.

Balço Global - Municípios da RAA	2011		2012		2013		2012/13
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Imobilizado Incorpóreo	5.937.094	0,5	5.517.768	0,4	5.181.839	0,4	-6,1
Imobilizado Corpóreo	1.100.590.256	88,6	1.100.226.849	89,1	1.111.208.739	89,1	1,0
Imobilizado Financeiro	65.073.911	5,2	66.907.885	5,4	77.153.049	6,2	15,3
Existências	2.254.804	0,2	2.166.062	0,2	2.194.199	0,2	1,3
Dívidas de Terceiros	25.839.045	2,1	28.600.044	2,3	30.299.023	2,4	5,9
Disponibilidades	11.375.997	0,9	8.737.649	0,7	12.246.883	1,0	40,2
Acréscimos de Proveitos	4.151.982	0,3	3.185.078	0,3	3.960.932	0,3	24,4
Custos Diferidos	27.275.020	2,2	19.617.184	1,6	5.002.556	0,4	-74,5
Ativo Total	1.242.498.109	100,0	1.234.958.520	100,0	1.247.247.220	100,0	1,0
Fundos Próprios	679.395.236		702.653.807	56,9	730.547.941	58,6	4,0
						14,1	
Provisões para riscos e encargos	3.011.455	0,5	2.083.688	0,4	5.076.256	1,0	143,6
Dívida Bancária	158.761.511	28,2	151.725.018	28,5	137.312.695	26,6	-9,5
Dívida não Bancária	76.519.834	13,6	52.501.405	9,9	38.570.398	7,5	-26,5
Passivo Exigível	238.292.800		206.310.111		180.959.350		-12,3
Acréscimos de Custos	6.403.490	1,1	5.835.793	1,1	7.567.279	1,5	29,7
Proveitos Diferidos	318.406.583	56,5	320.158.809	60,1	328.172.650	63,5	2,5
Passivo Total	563.102.873	100	532.304.713	100	516.699.279	100	-2,9
Fundo Próprios e Passivo	1.242.498.109		1.234.958.520		1.247.247.220		1,0

Refira-se que dos 30,3 M€ de dívidas a receber de terceiros, apenas 13% refere-se a clientes, contribuintes, utentes e Estado (IVA). Os outros 87% são dívidas resultantes de participações e contratos celebrados e que servem de contrapartida aos 28 M€ de dívidas de curto prazo que os municípios tinham em 2013.



Relativamente ao passivo, interessa destacar o passivo exigível (181 M€), já que os proveitos diferidos, fazendo parte do passivo global, e tendo um peso relativo de 63,5%, não constituem dívida propriamente dita, mas sim participações a registar como proveitos nos exercícios seguintes.

Demonstração de Resultados

Em valores agregados, os municípios tiveram um resultado líquido global de 4,6 M€ em 2013, inferior em 60% relativamente a 2012. Sendo um valor positivo, foi o pior resultado dos últimos 3 anos. Além disso, 7 dos 19 municípios registaram resultados negativos (entre 206 mil e 2,4 milhões de euros).

Demonstração de Resultados - Municípios da RAA	2011 (€)	2012 (€)	2013 (€)	2012 / 2013 (%)
Amortizações do exercício	36.723.538	37.742.070	39.581.711	4,9
Provisões do exercício	3.274.021	385.727	3.648.098	845,8
Custos operacionais	138.073.747	124.693.935	140.132.724	12,4
Proveitos operacionais	147.705.052	140.502.008	142.306.017	1,3
Custos e perdas financeiros	4.387.303	5.458.302	3.602.229	-34,0
Proveitos e ganhos financeiros	1.813.465	2.571.471	2.127.599	-17,3
Custos e perdas extraordinários	23.319.378	18.131.919	12.375.584	-31,7
Proveitos e ganhos extraordinários	22.816.756	16.752.816	16.283.388	-2,8
Resultados operacionais	9.631.305	15.808.073	2.173.293	-86,3
Resultados financeiros	-2.573.838	-2.886.831	-1.474.629	-48,9
Resultados extraordinários	-502.622	-1.379.104	3.907.804	-383,4
Resultado líquido do exercício	6.554.845	11.542.138	4.606.468	-60,1

Salienta-se também a acentuada redução (86%) nos resultados operacionais. O valor global de 2,2 M€ é o mais baixo desde 2002. Também aqui, aparecem 7 municípios com valores negativos. Se repararmos no quadro resumo, os custos operacionais aumentaram 12,4% (mais custos com pessoal e serviços, provisões para fazer face ao



encerramento de empresas municipais) mas os proveitos operacionais apenas cresceram 1,3%, daí a redução observada nos resultados operacionais.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para o ano de 2015, utiliza a mesma metodologia que tem sido usada no passado recente, contribuindo-se, assim, para uma análise mais fácil, transparente e rigorosa deste documento.

O Governo Regional continua a prosseguir uma política que contribui para o desenvolvimento económico sustentado, de forma a que a população açoriana e os seus agentes económicos ultrapassem os efeitos adversos da conjuntura nacional e internacional, embora um pouco mais ténue. Tendo em atenção estes objetivos, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais.

O Governo entende que deve continuar a apostar em projetos de investimento que potenciem a máxima utilização dos fundos comunitários. Esta estratégia permite incrementar a receita de fundos da União Europeia e, ao mesmo tempo, dá um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o fomento do emprego, variável que é uma constante em todos os orçamentos do passado recente.

Apresenta-se, de seguida, a estrutura da proposta do ORAA para 2015, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais.



Síntese do ORAA

	Milhares de Euros
	2015
1. Receitas Correntes	840,4
2. Despesas Correntes	668,1
3. Encargos da Dívida Pública	15,5
4. Saldo Corrente (1-2)	172,3
5. Receitas de Capital	347,3
6. Empréstimos	69,1
7. Despesas de Capital	519,7
8. Amortização de Dívida	19,1
9. Saldo de Capital (5-7)	-172,3
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	15,5

A proposta de orçamento para 2015 contabiliza um saldo primário de 15,5 milhões de euros.



A) Orçamento da Receita

A receita global prevista, para o ano de 2015, ascende a 1.386,7 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 198,9 milhões de euros, previsto em operações extraorçamentais, o valor da receita atinge os 1.187,7 milhões de euros.

Aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

As principais fontes de financiamento do orçamento da Região continuam a ser constituídas pelas receitas próprias, pelas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.118,6 milhões de euros.

As receitas próprias, mantêm-se como a principal fonte de financiamento do orçamento, representando 60,2% do total da receita efetiva.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 22,4% e 17,4%, respetivamente, do total da receita efetiva.



Receitas Próprias

Para 2015, estima-se que as receitas próprias atinjam o montante de 673,4 milhões de euros.

No âmbito destas, destacam-se as receitas fiscais, as quais, com 639,4 milhões de euros, representam 95,0% do respetivo total.

As estimativas dos impostos diretos e indiretos, com exceção do IVA, que é determinado de acordo com a capitação, foram efetuadas tendo em linha de conta as taxas previstas para cada dos respetivos impostos na proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2015.

Os impostos diretos atingem uma previsão orçamental de 242,6 milhões de euros, mais 4,4% do que o orçamentado para 2014, e mais 6,4% relativamente ao projetado para a execução do corrente ano, representando cerca de 37,9% do total das receitas fiscais.

A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimada em 192,6 milhões de euros, valor que traduz um acréscimo de 2,4%, relativamente à execução esperada no final do corrente ano.

Estima-se uma receita para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de 50 milhões de euros, valor praticamente idêntico ao do corrente ano.



Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 396,8 milhões de euros, mais 3,1% do que o valor provisório de execução para 2014.

Estima-se uma receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na ordem dos 278,6 milhões de euros, mais 8,8% do que o previsto para 2014. A previsão deste imposto, é efetuada de acordo com a Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março, tendo como base a receita líquida de IVA, correspondente ao montante deste imposto inscrita no mapa I da proposta de Orçamento para 2015.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), estima-se uma receita de 50,5 milhões de euros.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 33,9 milhões de euros, mais 7,6% do que a receita provisória deste imposto para o presente ano.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 4,9 milhões de euros.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 18,1 milhões de euros.

Relativamente ao Imposto único de Circulação (IUC) e aos outros impostos, estima-se, para 2015, uma de receita global de 4,7 milhões de euros, mais 18,6% da execução esperada para o final do corrente ano.



No que concerne às outras receitas próprias, estima-se uma previsão global de 34 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contemplados no agregado das receitas fiscais.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado, para 2015, atingem o montante global de 251,0 milhões de euros, nos termos do estipulado na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas, dos quais, 179,3 milhões de euros, se destinam a compensar os custos de insularidade e 71,7 milhões de euros, relativos ao Fundo de Coesão.

Transferências da União Europeia

As transferências financeiras com origem na União Europeia deverão atingir, em 2015, o montante global de 194,2 milhões de euros. Estas transferências correspondem ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A execução desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados.



Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 198,9 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, com 41,1 milhões de euros e as outras operações de tesouraria, com 157,8 milhões de euros.



A) Orçamento da Despesa

O valor total da despesa orçamentada, em 2015, atinge os 1.386,7 milhões de euros, incluindo uma previsão de 198,9 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

A despesa é estruturada de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental, conforme quadro seguinte, excluindo os montantes orçamentados para a dotação provisional, os montantes dos passivos financeiros e as operações extraorçamentais.



	Milhares de Euros				
	2014	%	2015	%	Var.
1. Despesas Correntes	657.825.196	60,2%	668.068.485	57,7%	1,6%
Despesas com Pessoal	305.865.462	28,0%	305.123.935	26,3%	-0,2%
Transferências	309.453.900	28,3%	321.276.000	27,7%	3,8%
Aquisição de Bens e Serviços	15.660.743	1,4%	15.469.000	1,3%	-1,2%
Juros e Outros Encargos	16.000.000	1,5%	15.500.000	1,3%	-3,1%
Outras	10.845.091	1,0%	10.699.550	0,9%	-1,3%
2. Despesas de Capital	1.045.696	0,1%	1.003.200	0,1%	-4,1%
Aquisição de Bens	663.896	0,1%	621.400	0,1%	-6,4%
Outras	381.800	0,0%	381.800	0,0%	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	658.870.892	60,3%	669.071.685	57,7%	1,5%
4. Despesas do Plano	433.455.470	39,7%	489.523.582	42,3%	12,9%
5. Total da Despesa (3+4)	1.092.326.362	100,0%	1.158.595.267	100,0%	6,1%

Prevê-se que as despesas de funcionamento, atinjam os 669,1 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 1,5%, relativamente ao previsto para o corrente ano. Deste total, 668,1 milhões de euros, constituem as despesa correntes. Do total das despesas correntes, 93,8%, dizem respeito a despesas com pessoal e transferências.

O acréscimo nas despesas de funcionamento deve-se fundamentalmente ao reforço das transferências para o serviço regional de saúde, em mais 15 milhões de euros, embora tenha também incorporado um ajustamento ao Complemento Regional de Pensão em mais 2,0%.



A estrutura da despesa, regista uma vez mais, um aumento do peso das despesas de investimento por contrapartida de uma diminuição do peso das despesas de funcionamento, o que vem demonstrar a coerência da política do Governo Regional, libertando meios adicionais para a promoção do investimento.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 305,1 milhões de euros, menos 0,2% do que o estimado em 2014.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 321,3 milhões de euros, mais 3,8% do que o esperado para o corrente ano, sendo o único agregado das despesas de funcionamento que regista um acréscimo de dotação, verificando-se uma redução de dotação nos restantes agrupamentos.

No agrupamento económico das transferências, estão contempladas as verbas destinadas aos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 291,0 milhões de euros – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 24,7 milhões de euros – para além das despesas com pessoal dos diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

A aquisição de bens e serviços correntes atinge um valor de 15,5 milhões de euros, menos 1,2% do que o correspondente valor do ano anterior.



A evolução observada, nos agrupamentos económicos de aquisição de bens e serviços correntes e bens de capital, como, aliás, se vem registando nos últimos anos, é claramente demonstrativa da eficaz política de contenção imposta pelo Governo Regional a este tipo de despesas.

Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 15,5 milhões de euros. Nesta rubrica tem-se em consideração a atual conjuntura económica e financeira, na qual as taxas de juro têm tido descidas acentuadas, em consequência de o Banco Central Europeu ter fixado a taxa de referência num valor extremamente baixo (0,05%). Parte dos empréstimos da Região têm as suas taxas de juro indexadas à Euribor e fixadas antecipadamente pelo que os juros destes empréstimos a pagar em 2015 já se encontram fixados.

As outras despesas correntes estão estimadas em 10,7 milhões de euros, dos quais, 10,4 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,0 milhão de euros, dos quais, 0,6 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,4 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2015, uma previsão orçamental de 489,5 milhões de euros, mais 12,9% do que o orçamentado em 2014.



O Governo regional ao reforçar a previsão orçamental do plano de investimentos da região para 2015, em quase 13,0% em relação a 2014, tem como objetivo estimular a economia açoriana através do investimento o qual terá um efeito multiplicador na mesma, dado que cria mais postos de trabalho, contribui para a diminuição do desemprego e estimula as transações comerciais na Região.

Classificação Orgânica

A desagregação da despesa pelos diversos departamentos governamentais regionais, é explicitada de seguida, tendo-se ajustado as dotações de 2014 à nova orgânica do Governo.

	2014	%	2015	Euros %
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.774.100	0,8%	10.774.100	0,8%
Presidência do Governo Regional	10.535.517	0,8%	10.929.420	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	322.771.325	25,3%	343.734.878	25,3%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	54.018.406	4,2%	57.277.580	4,2%
Sec. Reg. da Saúde	319.924.419	25,1%	338.397.773	24,9%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	288.151.433	22,6%	297.694.988	21,9%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	134.977.983	10,6%	163.618.857	12,1%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	31.683.706	2,5%	32.557.416	2,4%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	101.726.045	8,0%	102.539.878	7,6%
Total	1.274.562.934	100%	1.357.524.890	100%

A Secretaria Regional da Saúde e Secretaria Regional da Educação e Cultura, representam, no seu conjunto, 46,8% do total da despesa pública prevista.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma verba de 338,4 milhões de euros, regista uma variação significativa de mais 24,9%, mais 18,5 milhões



de euros. Naquele montante, destacam-se os 291,0 milhões de euros, afetos aos organismos integrados no Serviço Regional de Saúde e os 43,9 milhões de euros, associados ao plano de investimentos deste departamento regional.

À Secretaria Regional da Educação e Cultura, fica afeta uma dotação de 297,7 milhões de euros. Deste montante, destacam-se as verbas afetas à Direção Regional da Educação, com 206,3 milhões de euros e o valor associado ao plano de investimentos, com 77,3 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, não se considerando o montante das operações extraorçamentais.

	2014	%	2015	Euros
				%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.774.100	1,0%	10.774.100	0,9%
Presidência do Governo Regional	10.535.517	1,0%	10.929.415	0,9%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	140.596.788	12,9%	144.856.300	12,5%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	54.018.401	4,9%	57.277.575	4,9%
Sec. Reg. da Saúde	319.924.414	29,3%	338.397.768	29,2%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	288.141.433	26,4%	297.694.988	25,7%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	134.927.978	12,4%	163.568.852	14,1%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	31.683.706	2,9%	32.556.411	2,8%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	101.724.025	9,3%	102.539.858	8,9%
Total	1.092.326.362	100%	1.158.595.267	100%

A Secretaria Regional da Saúde, é o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 29,2% do respetivo total.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, tem igualmente, um peso muito significativo, atingindo os 25,7%, do total da despesa.



No seu conjunto, estes dois importantes sectores sociais representam, 54,9% do total da despesa orçamentada.

O quadro a seguir apresentado contempla as despesas previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2015, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.

	2014	%	2015	Euros %
Presidência do Governo Regional	4.163.667	1,0%	4.073.515	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	68.846.143	15,9%	78.465.800	16,0%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	46.066.838	10,6%	50.105.040	10,2%
Sec. Reg. da Saúde	40.577.510	9,4%	43.929.068	9,0%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	67.438.065	15,6%	77.261.988	15,8%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	111.681.346	25,8%	140.405.852	28,7%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	30.477.364	7,0%	29.215.861	6,0%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	64.204.537	14,8%	66.066.458	13,5%
Total	433.455.470	100%	489.523.582	100%

A Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com 140,4 milhões de euros de dotação, é o departamento regional com o maior volume de despesas de investimento, representando 28,7% do respetivo total e um acréscimo de 25,7% relativamente ao ano de 2014.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, com uma dotação de 78,5 milhões de euros e a Secretaria Regional da Educação e Cultura com uma dotação de 77,3 milhões de euros, contemplam, igualmente, um volume financeiro significativo, representando conjuntamente 31,8% do total das despesas de investimento previstas para 2015 e um aumento nas suas dotações em cerca de 14%.



Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2015, sem as operações extraorçamentais.

	2014	%	2015	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	115.424.445	10,6%	123.288.977	10,6%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	115.424.445	10,6%	123.288.977	10,6%
2. Funções Sociais	676.067.461	61,9%	713.690.061	61,6%
2.01 Educação	255.344.482	23,4%	263.393.234	22,7%
2.02 Saúde	311.346.837	28,5%	327.331.908	28,3%
2.03 Segurança e Ação Social	28.153.570	2,6%	31.589.730	2,7%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	48.673.958	4,5%	55.435.806	4,8%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	32.548.614	3,0%	35.939.383	3,1%
3. Funções Económicas	271.749.559	24,9%	292.861.796	25,3%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	93.630.340	8,6%	76.927.363	6,6%
3.03 Transportes e Comunicações	98.372.193	9,0%	133.516.946	11,5%
3.05 Outras Funções Económicas	79.747.026	7,3%	82.417.487	7,1%
4. Outras Funções	29.084.897	2,7%	28.754.433	2,5%
4.01 Operações da Dívida Pública	16.000.000	1,5%	15.500.000	1,3%
4.03 Diversas não Especificadas	13.084.897	1,2%	13.254.433	1,1%
Total	1.092.326.362	100%	1.158.595.267	100%

As áreas sociais, com uma dotação global de 713,7 milhões de euros, são o sector com maior peso na estrutura da despesa, para 2015, representando 61,6% do respetivo total.



No âmbito das funções sociais, são os sectores da Saúde e da Educação, com 327,3 e 263,4 milhões de euros, respetivamente, os que têm maior representatividade.

As funções económicas atingem uma previsão global de 292,9 milhões de euros, representando 25,3% da despesa orçamentada para 2015, destacando-se o sector dos Transportes e Comunicações, com uma dotação de 133,5 milhões de euros, representando 45,6% das funções económicas e 11,5% do total da despesa prevista para o ano de 2015.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro na sua versão atual – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) bem como as entidades empresariais inseridas no sector público administrativo – Ilhas de Valor, S.A., a SDEA, S.A., SPRHI, S.A., Saudaçor, S.A., Hospital Divino Espírito Santo, E.P.E., Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E., Hospital da Horta, E.P.E., Atlânticoline, S.A., Teatro Micaelense, S.A., e a IROA, S.A., especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos.

As despesas globais dos FSA, também são especificadas, segundo as suas classificações orgânica, funcional e económica.

Para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, a presente proposta de orçamento considera integradas no sector publico administrativo, como serviços e fundos autónomos, as entidades que tenham sido incluídas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.



Classificação Económica

O orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo, para 2015, segundo a sua classificação económica, é o que de seguida se apresenta.

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	411.613.647	DESPESAS CORRENTES	483.915.032
Impostos diretos	0	Despesas com pessoal	168.687.886
Impostos indiretos	0	Aq. de bens e serviços correntes	188.390.103
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Juros e outros encargos	51.952.284
Txs,multas e outras penalidades	12.789.834	Juros da dívida pública	51.862.208
Rend. de propriedades	49.425	Outros encargos correntes da dívida pública	90.076
Transferências	333.217.114	Transferências Correntes	45.498.570
Adm. Públicas	296.394.000	Adm. Públicas	1.060.010
Outros setores	36.823.114	Outros setores	44.438.560
Venda de bens e serviços correntes	62.336.434	Subsídios	27.700.114
Outras receitas correntes	3.220.840	Outras despesas correntes	1.686.075
RECEITAS DE CAPITAL	142.006.032	DESPESAS DE CAPITAL	71.795.969
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	13.994.737
Transferências	108.743.789	Transferências de Capital	6.432.400
Adm. Públicas	103.136.712	Adm. Públicas	339.500
Outros setores	5.607.077	Outros setores	6.092.900
Ativos financeiros	200.334	Ativos financeiros	5.062.412
Passivos financeiros	33.061.909	Passivos financeiros	39.306.420
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	7.000.000
SUB-TOTAL	553.619.679	SUB-TOTAL	555.711.001
Reposições	30.988		
Saldo da gerência anterior	2.050.334		
Operações extra-orçamentais	2.729.900	Operações extra-orçamentais	2.719.900
TOTAL	558.430.901	TOTAL	558.430.901



A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos e entidades empresariais inseridas no sector público administrativo do próximo ano, situa-se nos 558,4 milhões de euros.

A receita corrente, com 411,6 milhões de euros representa 73,7% do total orçamentado, enquanto os 142,0 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 25,4%. Os restantes 4,8 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extraorçamentais.

No agregado das receitas correntes, sobressaem as transferências, as quais, com 333,2 milhões de euros, representam 81,0% do total da receita corrente.

Estima-se que as receitas de capitais arrecadadas atinjam os 142,0 milhões de euros, dos quais 108,7 milhões de euros são relativos a transferências.

No que concerne à despesa, espera-se que se situe nos 558,4 milhões de euros, desagregados por 483,9 milhões de euros para as despesas correntes (86,7%), 71,8 milhões de euros para as despesas de capital (12,9%) e por 2,7 milhões de euros de operações extraorçamentais (0,4%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 38,9%, e



34,9% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 357,1 milhões de euros.

A despesa de capital será na ordem dos 71,8 milhões de euros, dos quais 39,3 milhões de euros dizem respeito a passivos financeiros.

Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	71.691.748	12,84%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	18.715.910	3,35%
Secretaria Regional da Saúde	379.655.866	67,99%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	20.598.062	3,69%
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	38.304.593	6,86%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	3.474.226	0,62%
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	25.990.496	4,65%
Total	558.430.901	100,00%

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 379,7 milhões de euros (68,0%). Dos FSA e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento deste departamento:

- Hospital do Divino Espírito Santo – 25,0%
- Sudaçor, S.A. – 23,1%
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – 15,7%



- Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – 13,4%

Ressalvam-se, ainda, a Vice Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a qual, com 71,7 milhões de euros representa 12,8% do total orçamentado, destacando-se o Fundo Regional do Emprego com 55,8% do valor orçamentado para este departamento.

Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	36.690.227	6,6%
Funções Sociais	414.812.396	74,3%
Funções Económicas	62.807.414	11,2%
Outras Funções	44.120.864	7,9%
TOTAL	558.430.901	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se evidenciam, com 414,8 milhões de euros (74,3%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 62,8 milhões de euros (11,2%), as outras funções com 44,1 milhões de euros (7,9%) e as funções gerais de soberania com 36,7 milhões de euros (6,6%).

Às funções de carácter social, são atribuídas as seguintes dotações:

- Saúde – 377,3 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 18,7 milhões de euros;



- Educação – 15,2 milhões de euros;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,6 milhões de euros;
- Habitação e Serviços Coletivos – 1,0 milhões de euros.

Os 62,8 milhões de euros afetos às funções económicas decompõem-se em:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 25,8 milhões de euros;
- Indústria e Energia – 21,4 milhões de euros;
- Transportes e Comunicações – 15,6 milhões de euros.

Quanto aos 44,1 milhões de euros afetos às outras funções, estes são na sua totalidade canalizados para funções diversas não especificadas.

A importância destinada às funções gerais de soberania será unicamente utilizada para fazer face a despesas com os serviços gerais da administração pública.



D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo - serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A., para 2015, é de 1.545,6 milhões de euros.

(Milhões de euros)	
Receitas Correntes	955,6
Impostos Diretos	242,6
Impostos Indiretos	396,8
Contribuições para a Segurança Social	9,5
Taxas, multas e outras penalidades	19,8
Rendimentos de propriedade	3,6
Transferências Correntes	216,1
Administrações Públicas	187,6
Outras	28,5
Venda de Bens e Serviços Correntes	62,9
Outras Receitas Correntes	4,2
Receitas de Capital	384,2
Venda de Bens de Investimento	9,6
Transferências de Capital	271,5
Administrações Públicas	77,3
Outras	194,3
Ativos Financeiros	0,7
Passivos Financeiros	102,2
Outras Receitas de Capital	0,2
Outras Receitas	4,1
Reposições	2,0
Saldo de Gerência Anterior	2,1
Operações Extra-Orçamentais	201,7
Total da Receita	1.545,6
Despesas Correntes	942,1
Despesas com Pessoal	476,3
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	238,9
Juros e Outros Encargos	67,5
Transferências Correntes	105,4
Administrações Públicas	1,1
Outras	104,3
Subsídios	31,7
Outras despesas Correntes	22,4
Despesas de Capital	401,8
Aquisição de Bens de Capital	114,6
Transferências Capital	216,0
Administrações Públicas	6,3
Outras	209,7
Ativos Financeiros	5,3
Passivos Financeiros	58,4
Outras despesas de Capital	7,4
Operações Extra-Orçamentais	201,7
Total da Despesa	1.545,6



As receitas correntes atingirão os 955,6 milhões de euros (61,8% do total da receita), das quais 639,4 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 316,2 milhões de euros a outras receitas correntes.

Estima-se que as receitas de capital, permitam uma arrecadação de 384,2 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (942,1 milhões de euros) 50,6% dizem respeito a despesas com pessoal (476,3 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 401,8 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 201,7 milhões de euros, 13,1% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Direta

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, determinou no n.º 1 do artigo 142.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projetos com participação de fundos comunitários.

Em face do disposto, a 31 de Dezembro de 2013, o stock da dívida pública direta da Região atingiu os 443,7 milhões de euros.

	Euros
	Montante
Dexia - Project & Public Finance	56.500.000,00
Dexia Sabadell	91.000.000,00
Depfa - Bank	49.800.000,00
Governo da República	127.313.674,00
Governo da República	7.686.326,00
Sindicato CGD,BPI,BANIF e Millennium	50.000.000,00
CCAMA & CCCAM	20.000.000,00
BIC	41.430.000,00
TOTAL	443.730.000,00

Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública, apresentaram, em 2013, uma execução orçamental de 14,6 milhões de euros.



A evolução dos juros, amortizações e outros encargos correntes da dívida pública, no período de 2008 a 2013, é a que abaixo se explicita.

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
2008	13.123	91.250	26	104.399
2009	11.364	0	85	11.449
2010	8.870	0	75	8.945
2011	12.874	0	108	12.981
2012	15.013	127.314	278	142.605
2013	14.609	29.980	526	45.115

Em 2014 e ao abrigo do n.º 9 do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro a Região contraiu dois empréstimos, um junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante de 19,0 milhões de euros e destinado a refinanciamento e outro junto do Banco BPI/Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante de 30,0 milhões.



B – Avais

A responsabilidade da Região com avais, no final do ano de 2013, situou-se nos 487,7 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

Euros				
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	9.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	8.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	20.000.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	21.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG, SA	5.500.000,00	2.750.000,02
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	7.328.571,45
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	4.950.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	3.294.100,70
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	15.000.000,00
2/11	Santander	SAUDAÇOR, S.A.	9.000.000,00	5.400.000,00
3/11	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	AZORINA, S.A.	865.000,00	865.000,00
1/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.500.000,00	1.500.000,00
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	5.020.408,16
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	11.300.000,00	10.050.000,00
4/12	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	30.500.000,00	29.060.000,00
5/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, SA	1.500.000,00	1.393.032,64
7/12	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	SINAGA, SA	2.250.000,00	2.250.000,00
8/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.900.000,00	1.900.000,00
1/13	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	LOTAÇOR, S.A.	1.500.000,00	1.500.000,00
2/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	22.000.000,00	21.600.000,00
3/13	Banco Português de Gestão	SINAGA, SA	1.650.000,00	840.000,00
4/13	Banco Santander Totta, SA.	SAUDAÇOR, S.A.	4.870.876,78	4.870.876,78
5/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SAUDAÇOR, S.A.	20.400.000,00	20.400.000,00
6/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	5.400.000,00	5.307.923,03
7/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	34.000.000,00	32.440.000,00
TOTAL			572.035.876,78	487.719.912,78



Para o ano de 2014 foi definido um *plafond* de avales de 270,0 milhões de euros – 185,0 milhões de euros aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014-A, de 29 de janeiro e 85,0 milhões de euros pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/A, de 4 de julho.

O *plafond* de avales definido para o ano de 2015, é de 145 milhões de euros.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Setor Público Empresarial Regional (SPER) é constituído pelo conjunto das unidades produtivas da Região, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas pela Região Autónoma dos Açores.

O SPER integra atualmente um conjunto de empresas que incorporam dinâmicas importantes nas suas áreas de atividade e abrangem diversos setores de atividade, como Energia, Turismo, Pescas, Ambiente e Transportes, constituindo um importante instrumento de política económica e social.

O SPER é responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais, pela prestação de serviços públicos essenciais, e por um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos setores e domínios.

A importância do Setor Público Empresarial Regional não se resume à sua atividade. Desempenha um papel fulcral no desenvolvimento económico regional através da criação de emprego, do desenvolvimento rural e da coesão social e territorial, do contributo para o Produto Interno Bruto da Região, para a Formação Bruta de Capital Fixo, para as exportações e para os Proveitos.



Numa região ultraperiférica como a Região Autónoma dos Açores, o SPER, em alguns casos, substitui-se à iniciativa privada devido à fraca atratividade e dimensão que o mercado apresenta. Contudo, essa substituição é fundamental para garantir o desenvolvimento local, o desenvolvimento regional harmonioso e o bem-estar social e económico da população.

Atualmente, o universo das empresas participadas pela Região, direta e indiretamente, é constituído por 40 empresas – 17 empresas com participação direta, 11 com capital exclusivamente público, 9 com participação maioritária, 8 com participação minoritária superior a 10% e 2 com participação minoritária inferior a 10%, estas últimas não incluídas no Setor Público Empresarial Regional segundo o n.º 3 do artº 5º do DLR nº 7/2008/A.

Para além das participações diretas, a Região detém um conjunto de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos empresariais:

- Grupo Eda (Eda, Globaleda, Eda Renováveis, Segma, e Norma);
- Grupo Sata (Sata Air Açores, Sata Internacional, Sata Aeródromos, Sata Express, Azores Express e Sata SGPS);
- Grupo Portos dos Açores (Portos dos Açores, Atlanticoline e Transmaçor);
- Grupo Lotaçor (Lotaçor, Espada Pescas, Santa Catarina e Companhia);
- Grupo Ilhas de Valor (Ilhas de Valor, Sinaga e Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo).



O Grupo EDA tem a participação direta ou indireta no capital social de 10 empresas, sendo que em 3 corresponde a participações em empresas privadas, o grupo SATA participa em 7 empresas e o Grupo Portos dos Açores em seis. O Grupo LOTAÇOR detém participação em 3 empresas e o Grupo Ilhas de Valor em 2 empresas.

Das dezassete empresas em que a Região participa diretamente, detém a totalidade do capital em onze:

- Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.;
- Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.;
- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Sata SGPS, S.A.;
- Portos dos Açores, S.A.;
- Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- SPRHI – Sociedade de Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.;
- Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário, S.A.;
- SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.

Tem participação direta maioritária em cinco empresas:

- Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos, Lda.;



- Ilhas de Valor, S.A.;
- EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.;
- Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.

No âmbito da política de reestruturação do Setor Público Empresarial que Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver, já foram alienadas, extintas e/ou fusionadas 20 empresas, número que ainda deverá aumentar.

Para além das participações em entidades societárias, a Região também participa diretamente no capital social de sete entidades não societárias:

- ATA – Associação de Turismo dos Açores;
- ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores;
- INOVA – Instituto para a Inovação Tecnológica dos Açores;
- Observatório Regional do Turismo;
- Associação Portas do Mar;
- AAFTH – Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;
- ASSOCIAÇÃO NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel.

E indiretamente em duas entidades não societárias:

- FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro;
- AGESPI - Associação para a Gestão Parque Industrial Ilha Terceira.



Os quadros seguintes apresentam as participações detidas direta e indiretamente pela Região, em percentagem do capital, sem considerar as participações indiretas de 2º grau.

PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER											PARTICIPAÇÃO INDIRECTA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO	
		RAA	SATA SGPS, S.A.	SATA AIR AÇORES, S.A.	EDA, S.A.	EDA RENOV. S.A.	SEGMA, LDA.	NORMA, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	SANTA CATARINA, LDA.	ATLANTI COLINE, S.A.	P.A., S.A.			ILHAS DE VALOR, S.A.
Saudaçor - Soc. Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital da Horta, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.		100,00%												100,00%	100,00%
Sata Internacional - Serviço e Transportes Aéreos, S.A.			100,00%											100,00%	100,00%
Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.			100,00%											100,00%	100,00%
SATA EXPRESS INC. CAN			100,00%											100,00%	100,00%
AZORES EXPRESS INC. USA			100,00%											100,00%	100,00%
VERDGOLF, S.A.			0,75%											0,75%	0,75%
Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.											100,00%			100,00%	100,00%
AtlânticoLine, S.A.	16,03%										83,97%			83,97%	100,00%
TRANSMACOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS AÇORIANOS, LDA	88,37%													0,00%	88,37%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda											20,00%			20,00%	20,00%
OPERTERCERA - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda											20,00%			20,00%	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, LDª											20,00%			20,00%	20,00%
Portos dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Espada Pescas, Unipessoal Lda.								100,00%						100,00%	100,00%
Santa Catarina - Indústria Conserveira Lda.								100,00%						100,00%	100,00%
Companha - Sociedade Pesqueira Lda.									94,00%					94,00%	94,00%
Ilhas de Valor, S.A.	99,44%		0,28%								0,28%			0,56%	100,00%
Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.												51,00%		51,00%	51,00%
Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.												60,87%		60,87%	60,87%
Electricidade dos Açores (EDA), S.A.	50,10%													0,00%	50,10%
Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.				74,90%										37,52%	37,52%
EDA Renováveis				99,68%		0,32%								50,10%	50,10%
Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.				90,00%	10,00%									50,10%	50,10%
Geoterceira - Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A.				50,10%										25,10%	25,10%
Norma-Açores, Soc. de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.				62,63%										31,38%	31,38%
Oniaçores - Infocomunicações, S.A.				40,00%										20,04%	20,04%
Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.								60,00%						18,83%	18,83%
ZON AÇORES, S.A.				6,18%										3,10%	3,10%
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.	99,81%													0,00%	99,81%
Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.	51,00%													0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.	100,00%													0,00%	100,00%
GSU Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal, Lda.								100,00%						31,38%	31,38%



PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - ASSOCIAÇÕES

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES DO SPER							PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO
Identificação da Entidade	RAA	SATA AIR AÇORES, S.A.	EDA, S.A	EDA RENOV. S.A.	PA, S.A.	INOVA	AAFTH	ATA	RAA	RAA
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES (ATA)	38,46%	30,77%							30,77%	69,23%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00%		2,00%			70,00%			45,91%	67,91%
INOVA - INST. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59%		0,77%						0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	50,00%							25,00%	17,33%	67,33%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%				28,57%		7,14%	7,14%	32,55%	61,12%
AAFTH - ASS. AÇORIANA FORM.TURÍSTICA E HOTELEIRA	50,00%	25,00%							25,00%	75,00%
FEJC- FUNDAÇÃO ENGº JOSÉ CORDEIRO			33,68%	25,91%					29,85%	29,85%
AGESPI - ASS. GESTÃO PARQUE INDUSTRIAL ILHA TERCEIRA					25,00%				25,00%	25,00%
ASSOCIAÇÃO NONA GON - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE S. MIGUEL	70,00%								0,00%	70,00%